

A LINGUAGEM EM (DES)COMPASSO¹

(Language In (Dis) Compass)

Carmem Caetano²
Universidade de Brasília

Camila Moreira Ramos³
Universidade de Brasília

Ormezinda Maria Ribeiro⁴
Universidade de Brasília

RESUMO

Após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), incluindo as pessoas deficientes em todas as esferas sociais, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino acionou a justiça, questionando a exigência de que as escolas particulares também matriculem todos os alunos, independentemente de suas deficiências. Diante desse embate, analisamos notícia vinculada no portal de notícias on-line G1.com, a fim de investigarmos como o discurso foi produzido. À luz da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003, 2010) e da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), observamos como a notícia tornou-se uma técnica decisiva para o trabalho de investigação da inclusão social.

Palavras-chave: *Linguagem. Discurso. Análise de Discurso Crítica. Mídia. Inclusão escolar. Pessoas com deficiência.*

ABSTRACT

After the enactment of the Statute for Persons with Disabilities (2015), including people with disabilities in all social spheres, the National Confederation of Educational Institutions sued the courts, questioning the requirement that private schools also enroll all students, regardless of your shortcomings. In view of this clash, we analyzed linked news on the G1.com online news portal, in order to investigate how the speech was produced. In the light of Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2003, 2010) and Systemic-Functional Grammar (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), we observe how news has become a decisive technique for investigating social inclusion.

Keywords: *Language. Discourse. Critical Discourse Analysis. Media. School inclusion. Disabled people.*

RESUMEN

Después de la promulgación del Estatuto para las personas con discapacidad (2015), incluidas las personas con discapacidad en todas las esferas sociales, la Confederación Nacional de Instituciones Educativas demandó a los tribunales, cuestionando el requisito de que las escuelas privadas también inscriban a todos los estudiantes, independientemente de sus deficiencias. En vista de este choque, analizamos noticias

¹ Este artigo trata-se de uma versão revista e ampliada do trabalho apresentado no VII SIMELP (VII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa), em Porto de Galinhas/PE, Brasil, de 20 a 24 de agosto de 2019.

² Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística- PPGL/UnB. E-mail: carmemjena@gmail.com.

³ Doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília. Revisora de Textos no Superior Tribunal de Justiça. E-mail: camillaramos@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP; Professora Associada da Universidade de Brasília- UnB; pesquisadora dos programas de Pós-Graduação em Linguística- PPGL e em Educação- PPGE-MP.

vinculadas en el portal de noticias en línea G1.com, para investigar cómo se produjo el discurso. A la luz del Análisis crítico del discurso (FAIRCLOUGH, 2003, 2010) y la Gramática sistémica-funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), observamos cómo las noticias se han convertido en una técnica decisiva para la investigación de la inclusión social.

Palabras clave: *Lenguaje. Habla. Análisis crítico del discurso. Medios de comunicación. Inclusión escolar. Personas con discapacidad.*

Recebido em: julho 2020

Aceito em: julho 2020

DOI: 10.26512/les.v21i1.32450

INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) – PCN – para o ensino de língua portuguesa destacam a importância de se trabalhar na perspectiva do letramento. Nos mesmos documentos, encontram-se algumas informações sobre o ensino de língua materna e sobre o papel do/a professor/a em relação ao ensino de português. Com efeito, a leitura desses documentos proporciona não apenas o entendimento acerca das finalidades das práticas de ensino e de algumas das funções docentes, mas também se percebe na leitura atenta deles que não são tematizadas as diferentes fases possíveis do trabalho docente, nem o modo como esse/a profissional deve desenvolver suas atividades pedagógicas, tampouco que procedimentos devem ser adotados para que sejam alcançadas as finalidades tão bem explicitadas.

Ademais, ao implementarem esses documentos, os órgãos executores sequer questionam que esses/as mesmos/as professores/as possam estar aptos/as a trabalhar com diferentes práticas e eventos próprios da escola atual ou com o alunado com quem terá que exercer sua docência. Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que o quê se “prescreve” ao/à professor/a, predominantemente, é que assuma uma concepção de ensino-aprendizagem considerada inovadora e mais adequada pelos PCN, mas não só. Dessarte, esses documentos são apresentados como se fossem as únicas formas possíveis e verdadeiras, ato que leva a um encapsulamento do fazer pedagógico dos/as docentes.

Sob essa ótica, selecionamos o gênero notícia como base para a análise linguística aqui feita. Nossa motivação foi a reflexão sobre as seguintes questões: Como ocorre a persuasão ao engajamento na causa inclusiva, a partir da “espetacularização” da diversidade? Como discursos veiculados pela mídia por meio de gêneros como a notícia atuam para a produção e o consumo simbólico a partir da linguagem? Até que ponto a mídia brasileira pode influenciar opiniões acerca da inclusão? Assim, neste artigo, nosso objetivo é problematizar essas questões alçando a complexidade de análise de uma notícia veiculada na mídia acerca do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a inclusão de

pessoas com deficiência⁵ com base nos documentos oficiais específicos, como é o caso da legislação que se ocupa com uma realidade do desenvolvimento das práticas de ensino de professores/as na escola pública brasileira – relacionada à inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

1. À GUIA DE REAVIVAR A MEMÓRIA

Iniciamos por lembrar que no Brasil, no ano de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão é aprovada por unanimidade no Senado Federal depois de 12 anos em tramitação no Congresso Nacional. A aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão – que resultará em uma série de mudanças na vida de milhões de pessoas com deficiência no país. Temos o que comemorar. No entanto, apenas um primeiro passo foi dado, uma vez que as ações no campo da educação especial, embora tenham aumentado, ainda estão longe de ser consideradas satisfatórias no que diz respeito à forma como se encara a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras. A compreensão da própria ideia de inclusão e das discussões concernentes à questão como são postas nas políticas inclusivas assumidas no território brasileiro pode estar intrinsecamente relacionada ao modo como se caracteriza a dinâmica social.

Faz-se necessário aclarar que este trabalho emergiu de um evento, de uma prática social contextualizada, a partir da observação da circulação de uma série de reportagens em diferentes âmbitos midiáticos que tratavam do tema da inclusão social das pessoas com deficiência no nosso país e de seus efeitos econômicos. Como sabemos, as divulgações de notícias, reportagens e outros tipos de mensagens vêm ocupando um espaço cada vez mais amplo nos diversos veículos de comunicação em massa, sendo responsáveis por informarem grande parte da população, mesmo que de forma superficial e/ou de acordo com seus ideais próprios.

De outro lado, a inclusão (contexto social selecionado para este estudo) é entendida como algo muito mais amplo do que apenas uma política educacional, considerando-se que é uma prática social diversificada e complexa. Sob essa perspectiva, tomamos a inclusão, neste trabalho, como um princípio de organização da sociedade, propulsionado pela lógica neoliberal, postura essa assumida por autores como Thoma e Hillesheim (2011) e Lopes e Hattge (2009).

Nesse prisma, evocamos para o centro do debate o papel da mídia que com, seus indicadores, tem prestado um desserviço para a discussão do processo de inclusão de pessoas com deficiência no

⁵ Optamos por utilizar a expressão “pessoas com deficiência” no decorrer do texto, conforme designado no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Ressaltamos que neste trabalho consideramos o termo em seu aspecto mais amplo, abarcando todos os alunos da educação inclusiva, sejam eles pessoas deficiências intelectuais, como Autismo, Transtornos Globais do desenvolvimento (TGD), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), bem como síndromes diversas etc. (RAMOS, 2018.)

sistema educacional regular no Brasil operada nas últimas décadas. Essas demandas colocam à linguística um conjunto de questões que são simultaneamente teóricas e metodológicas na análise das desigualdades sociais no ensino brasileiro, que diferenciam os cidadãos em grupos de mais privilégios e de menos privilégios, e os (nos) incluem de diferentes formas nos modelos ditados pelo sistema neoliberal, o qual será melhor aprofundado no decorrer do trabalho.

A preocupação aqui é também a de combater os discursos que hipoteticamente valorizam e perpetuam práticas excludentes nas instituições de ensino como se fossem condutas dignas de apoio, mas que possam fomentar e sustentar a ideia da competição e da diferença; legitimando mecanismos sociais excludentes e exacerbando a ideologia da competitividade e da racionalidade que coloca em movimento os discursos da inclusão, com o propósito de compreender sua mecânica e discutir seus efeitos de verdade. Nesse sentido, podemos citar o formato de escolas ditas inclusivas, mas que separa atividades e habilidades para alunos ditos “normais” e alunos com deficiência, sempre com a justificativa da falta de capacidade cognitiva destes alunos, como podemos ver em Caetano (2014, 2017).

2. A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUÍSTICA POR MEIO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A preocupação com problemas educacionais por linguistas não é primazia da época atual. Só para recordar, citamos um dos fundadores da sociolinguística quantitativa, Labov (1972), que escreveu uma crítica contundente, no final dos anos 1960, da noção, então prevalescente, de que os falantes que não utilizavam a “norma padrão” da língua inglesa eram de alguma forma linguisticamente deficientes. Gumperz e Hymes, figuras fundadoras do paradigma da "etnografia da comunicação", estavam escrevendo a partir da década de 1970 sobre como a linguagem interagia com as desigualdades sociais, em contextos escolares e não escolares (CAZDEN, HYMES, e JOHN, 1972; GUMPERZ E HYMES, 1986; HYMES, 1980). Desse modo, afirmar o interesse pela área educacional nos estudos de linguagem não é nenhuma inovação nos estudos linguísticos.

Não obstante, julga-se que grupos de pesquisadores da linguística estão agora a tomar um conjunto comum de metas, pelo menos, na linha teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), mais sistematicamente alicerçados em estudos culturais que procuram combinar a análise sistemática da linguagem com outras aplicabilidades semióticas, adotando estudos de caráter etnográfico-discursivos com agendas muito próximas das ciências sociais críticas, a fim de desenvolverem estudos sobre educação que também sejam investigações sobre a vida contemporânea. Nesse contexto estão trabalhos que demonstrem interesses em saber como as pessoas se envolvem umas com as outras; como aprendem em grupos; como desenvolvem, (re)constroem identidades;

como oprimem e resistem à opressão; sem mencionar trabalhos investigativos acerca dos efeitos midiáticos em textos.

Alguns trabalhos em linguística (por exemplo, CAETANO, 2004; 2009; 2010; 2014; 2017) já argumentavam que perspectivas críticas requerem atenção ao discurso, ao uso da língua, aos efeitos dos textos midiáticos, enfim, aos mundos sociais que ambos pressupõem e que se deve prestar atenção analiticamente sobre informações e debates dentro da Teoria Social Crítica, na qual estão inseridas as teorias aqui utilizadas, quais sejam: Análise de Discursos Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, explicitadas no decorrer desse estudo. Em verdade, vários autores se preocupam com a contribuição da análise de discurso, desenvolvendo estudos em que os quadros de análise são válidos para interpretação do nosso mundo na modernidade tardia, como, por exemplo, James Gee, Norman Fairclough e Gunther Kress, só para citar três grandes expoentes da área.

A escolha pela releitura de Norman Fairclough se justifica pelo estudo que o autor faz levando em consideração à forma capitalizada⁶ do mundo atual. Para o britânico e seus colaboradores (Lilie Chouliaraki, Isabella Fairclough, entre outros), a ADC é um programa de pesquisa que fornece um aparato metodológico baseado na ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada).

O quadro da ADC é baseado em leituras de teoria social e Linguística Sistêmico-Funcional que apresenta um esquema de três partes⁷ de análise: texto (palavras e unidades frasais), prática discursiva (eventos comunicativos e suas interpretações) e prática social (processos de toda a sociedade). A ADC se mostra importante à pesquisa porque está alicerçada pelo seu posicionamento diante de questões de poder e de injustiça social fundamentados na agenda dos estudos da linguagem, que incluem análises linguísticas e seus contextos sociais diversos.

Desse modo, estudos acadêmicos em ADC têm o potencial para intervir nos debates educacionais, pois podem desvendar aos leitores discursos perpetuados na educação por meio da crítica que, por sua vez, pode fornecer reflexões sobre questões de aprendizagem e transformação social nesses contextos. Isso é feito, por exemplo, por meio de trabalhos de análises linguísticas feitos de maneira a demonstrarem como os discursos são utilizados e com que objetivos, evidenciando ideologias e questões de poder neles explicitados ou não.

Concluimos esta seção, reiterando que a importância da ADC (que além de teoria é também um instrumental metodológico) refere-se à sua capacidade de servir para a análise não só do que é dito ou escrito, mas ainda do que é deixado de fora; não apenas do que está presente no texto, mas

⁶ Segundo Almeida (2008, p. 2), o modelo capitalista “é um processo de mercantilização, de transformação de tudo em mercadoria. Essa mercantilização significa a acumulação de capital e a proletarização das pessoas”.

⁷ Ressaltamos que o esquema de três partes de Fairclough mudou a partir de Chouliaraki e Fairclough (1999).

também do que está ausente. Por isso, consideramos importante analisarmos os discursos midiáticos descritos na seção de análises.

3. O LUGAR DISCURSIVO: POSTURA TEÓRICA E METODOLÓGICA

O conceito de discurso, do referencial teórico da Análise de Discurso Crítica, na versão de Fairclough (1989/2001; 1992; 1995; 2003; 2010) e Chouliaraki e Fairclough (1999), será acatado neste trabalho. Discurso é conceituado como o uso da linguagem em práticas sociais, o qual pode ocorrer tanto como parte das atividades nas práticas como sua representação. Fairclough sugere uma relação dialética entre discurso e estrutura social, mediada pelas práticas sociais.

Com base no pensamento de Foucault (1972), Fairclough (1992) discute a natureza constitutiva do discurso na prática social e seu papel nas lutas sociais. Para Fairclough (2001, p. 56), “as relações sociais estão cada vez menos sendo determinadas pelas normas da tradição do que pelo interesse, à medida que ocorre uma dominação da vida cotidiana pelos sistemas peritos”, o que faz com que as pessoas procurem controlar reflexivamente, por meio de cálculos e assimilações de conhecimentos, como elas devem viver, que estilo de vida ou política de vida devem trilhar nessa nossa modernidade tardia.

Esse período, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 81), inclui o processo de globalização, o qual “une efeitos contraditórios, pois abre sem precedentes as bases para um sujeito verdadeiramente universal onde as pessoas compartilham experiências em diversas partes do mundo”⁸, ao mesmo tempo em que oferece recursos para a diferenciação e a fragmentação da subjetividade (FOUCAULT, 2004a), quando, por exemplo, não se respeita a individualidade dos alunos com deficiência, que podem possuir ritmos de aprendizagens diferentes a depender da deficiência ou transtorno que tiver.

Feitos os esclarecimentos preliminares acerca das releituras de teóricos elencados, apresentamos as posturas metodológicas necessárias. O material de análise é um artefato contemporâneo: uma notícia. A matéria escolhida, intitulada **Supremo mantém lei que obriga escolas privadas a receber deficientes**, foi veiculada no portal de notícias *on-line* G1.com em 9/6/2016 (cf. Anexo 1), assinada por Renan Ramalho do G1 em Brasília, e traz o posicionamento, sobre o tema, tanto de ministros do Supremo Tribunal de Justiça (STF) quanto do representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem).

⁸ “Globalisation has the contradictory effect of on the one hand opening up for the first time the basic for a truly universal subject, in that people throughout the world” (tradução nossa).

Antes de realizar uma análise da materialidade linguística do texto, consideramos imprescindível lançar um olhar que problematize o subtítulo da notícia, a saber: **"Associação argumentou que obrigação inviabiliza atividade das escolas."**

Nesse ínterim, convém mencionar que, como Charaudeau (2006, p. 132), tomamos a notícia jornalística como um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo "espaço temático", tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada "fonte" e podendo ser diversamente tratado. Para o autor, um mesmo espaço temático significa "que o acontecimento, de algum modo, é um fato que se inscreve num certo domínio do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um minicurriculo". Assim, entendemos esse gênero não só como elemento que pode auxiliar no trabalho discursivo, mas como uma pedagogia, um conjunto sistemático de significados que criam, por meio da linguagem, representações do mundo. A notícia ensina, por exemplo, como se comportar diante de determinada situação. Mais do que metodologicamente analisar o gênero notícia como prática discursiva, pretendemos relacioná-la ao terreno epistemológico, o solo que possibilita falar, nesse momento histórico, dessa maneira.

A escolha pela pesquisa documental da referida notícia tornou-se uma técnica decisiva para o trabalho de investigação e é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa documental, mas não só. A ADC (FAIRCLOUGH 2001, 2003, 2010) é empregada como ferramenta de análise, bem como as formas de representação de atores sociais sugeridas por van Leeuwen (1997, 2009). A fim de realizar uma análise inicial, utilizamos a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) considerando que todo o texto está situado em um contexto, visto que estão inter-relacionados, "na medida em que as variáveis do contexto de situação atuam sobre a sua configuração linguística" (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27).

4. HOLOFOTES NAS ANÁLISES

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), Lei n. 13.146/2015, tem como um dos seus objetivos assegurar que as pessoas com deficiência sejam incluídas em todas as esferas sociais. Em seu art. 28, há menção da exigência de que todas as escolas, inclusive as privadas, matriculem todas as pessoas que as procurem, independentemente de terem alguma deficiência ou transtorno de aprendizagem, sendo vedada a cobrança de valores adicionais nas mensalidades, anuidades ou matrículas.

Não concordando com tal decisão, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) acionou o Poder Judiciário brasileiro contra a promulgação da lei, mais especificamente contra o texto do art. 28 supracitado, com a alegação de que o artigo não seria constitucional na

medida em que o entendimento era o de que não cabia ao Governo repassar às entidades privadas a obrigação de matricular “qualquer” aluno. Além disso, segundo os representantes da Confenem, os custos para a capacitação de professores e para a adequação da estrutura da escola são muito altos. Entretanto, os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) entenderam que, “embora o serviço público seja livre à iniciativa privada, independentemente de concessão ou permissão, isso não significa que os agentes econômicos que o prestam possam atuar ilimitadamente ou sem responsabilidade” (RAMALHO, 2016).

Para os fins deste trabalho, optamos por apresentar a notícia apresentada no *GI* – O portal de notícias da Globo – um dos jornais *online* de maior circulação no Brasil e com grande repercussão internacional, publicada no dia 9/6/2016 (cf. Anexo 1). O gênero textual notícia, disponível em meio eletrônico, foi escolhido por ser bastante produtivo, uma vez que se aplica o que Charaudeau (2006, p. 212) diz referir-se ao princípio da objetivação, o qual, segundo o autor, é “um objeto duplo, constituído de explícito (o que é manifestado) e de um implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação)”. Além disso, a notícia deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado. À vista disso, a notícia consiste em asserções categóricas autoritárias que a mídia faz sobre os eventos, mesmo que, aparentemente, elas sejam abertas a várias interpretações, visto que disponibiliza fatos e vozes de autoridades, legitimando os acontecimentos.

Com o alicerce teórico e metodológico já discutido, apresentamos, por meio das categorias da interdiscursividade e da intertextualidade e, ainda, pelo sistema de transitividade seguindo a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), fragmentos da notícia em anexo que tem como foco a inclusão do ponto de vista da legislação educacional brasileira vinculado pela mídia com objetivo de debater a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular.

4.1 Interdiscursividade

Segundo Fairclough (2001, p. 136), interdiscursividade é a “configuração de convenções discursivas que entram na produção de um texto”, ou seja, o foco não está em outros textos, mas sim nas convenções discursivas. Essas não podem ser analisadas como se estivessem em um vácuo social. O conceito de interdiscursividade alinha-se à concepção de que os discursos se relacionam a outros discursos. Um discurso traz, em sua constituição, outros discursos, e é tecido por eles, seja pelos já ditos, em um dado lugar e momento histórico, seja por aqueles a serem ainda produzidos. Ao visualizar a notícia em análise, é possível problematizar um aspecto emblemático no

tempo presente, denominado “espetacularização” da diversidade – sua produção e seu consumo simbólico a partir da linguagem midiática. Observemos o fragmento a seguir:

"Como uma escola vai se preparar para receber todo e qualquer portador de necessidade especial, sem saber quantos vai receber, quais vai receber e se vai receber. Será um bipolar? Será alguém com síndrome de Down? Com síndrome de pânico? Será alguém com microcefalia?"

Para Augé (1997, p. 186), a mídia constrói a "espetacularização do mundo, que nos habitua insensivelmente a só nos relacionar com o mundo e com os outros por imagens". A expressão “imagens” aqui deve ser entendida de forma expandida semanticamente a discursos. Discursos que sugerem como as pessoas devem viver suas vidas, como devem enxergar o “outro”. O autor da notícia veiculada no G1 utiliza-se da citação direta da voz de um especialista, no caso uma instituição, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, para desviar a atenção para o que se nomeia como espetacularização ao fazer várias perguntas como *Será um bipolar? Será alguém com síndrome de Down? Com síndrome de pânico? Será alguém com microcefalia?*”, com a intenção de problematizar como um "blefe" de jogador de pôquer.

Dessa forma, o uso da repetição de frases interrogativas transforma o aleatório em fatalidade, faz coincidir duas lógicas em princípio estranhas uma a outra, obrigando o/a leitor/a a pensar nessa coincidência trágica que descreve o conflito entre a emoção e a razão no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência. Com essa intenção, o autor do texto elenca doenças/síndromes de maneira aleatória e variada, incluindo questões diversas como “síndrome do pânico” que pode acometer qualquer pessoa, com síndromes genéticas como a “síndrome de Down”. Essa “mistura” pode levar o leitor a considerar aspectos racionais como as dificuldades operacionais dos professores em sala de aula ao lidarem com tamanha diversidade. Mas, talvez, sem deixarem a emoção de lado, ao pensarem em serem esses alunos seus filhos ou parentes e como merecem estar incluídos no ambiente escolar.

4.2 Intertextualidade

A intertextualidade refere-se à presença explícita ou implícita de elementos de outros textos em relações intertextuais. Kristeva (1986, p. 39) observa que a intertextualidade implica “a inserção da história em um texto e deste texto na história” e Fairclough (2001, p. 134) explica que o Kristeva quer dizer com isso é que "um texto responde, reacentua e retrabalha textos passados, e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudanças mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes”. Em verdade, o texto como um todo é construído por aquilo que Fairclough denomina de Intertextualidade manifesta, momento em que outros textos estão

expressamente presentes no texto sob análise: eles estão “manifestamente” marcados ou sugeridos na superfície textual. Os excertos a seguir confirmam a asserção:

"À escola não é dado escolher, segregar, separar, mas seu dever é ensinar, incluir e conviver. Ademais, o enclausuramento em face do deficiente furta o colorido da vivência cotidiana, privando-nos da estupefação diante do que se coloca como novo e como diferente", afirmou (Ministro Edson Fachin).

Nesse fragmento, notamos a inserção da voz de uma autoridade. Trata-se de um discurso relatado em que o autor do texto apoia-se na operação de demarcação, produzindo prova de um certo posicionamento, nesse caso, de um posicionamento de autoridade. Trata-se da voz de um Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, a mais alta corte judicial do país. Contudo, logo no próximo parágrafo outra citação literal é feita.

"Não pode o Estado cumprimentar com o chapéu alheio. Não pode o Estado, se é que vivemos em uma Constituição democrática, compelir a iniciativa privada a fazer o que ele não faz, porque a obrigação principal é dele quanto à educação. Em se tratando de mercado, a intervenção estatal deve ser minimalista. A educação é dever de todos, mas é dever precípua do Estado. A abertura à iniciativa privada deveria ser subsidiária", afirmou. (Pronunciamento do Ministro Marco Aurélio.)

As duas declarações são citações literais das falas de agentes públicos com autoridade para tal, as quais trazem a reflexão sobre os direitos de todas as pessoas a estarem incluídas nos diversos ramos da sociedade. Contudo, percebemos que, logo em seguida a essa citação, outra se faz presente. Nela, já há uma quebra do pensamento “democrático” para inserir uma crítica à lei, confrontando, portanto, os discursos das autoridades judiciárias. Na seção seguinte, intitulada de “**Outros argumentos**”, utiliza-se novamente da intertextualidade para se dar voz à entidade institucional representante das escolas privadas no país.

"O que pretende essa lei é jogar o deficiente de qualquer natureza em toda e qualquer escola [...] Qualquer um de bom senso e consciência vai procurar a escola especializada que dê conta daquele aluno que tem dificuldade", afirmou.

Aqui ressaltamos o que Fairclough (2001) destaca como um dos aspectos da intertextualidade: o metadiscorso, que possibilita o controle dos diferentes discursos dentro do texto. Há várias formas de se conseguir isso, como o uso de expressões evasivas (*Qualquer um de bom senso e consciência*), o uso de paráfrase ou a reformulação de uma expressão (*O que pretende essa lei é jogar o deficiente de qualquer natureza em toda e qualquer escola*). Assim, o metadiscorso implica que o falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de

controlá-lo e manipulá-lo. Por fim, a análise sob a ótica da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) é apresentada como mais uma categoria de análise. Adotamos o sistema de transitividade com breves relatos acerca do papel dos atores sociais envolvidos na “encenação” da notícia veiculada pelo G1.

4.3 Sistema de Transitividade

Para Halliday (1985, p. 101), além de ter uma função de modo, “expressando o aspecto ativo, interpessoal do significado”, a oração tem outra função que lida com “o aspecto reflexivo, experimental do significado”, que é o sistema de transitividade. Assim, ao se comunicarem, as pessoas utilizam a linguagem realizando três tipos de significados simultâneos: um ligado ao relacionamento entre as pessoas (Metafunção Interpessoal), outro responsável pela representação do mundo (Metafunção Experiencial) e um último que dá à sentença seu *status* de mensagem (Metafunção Textual). Nessa última parte da análise, as atenções estarão centradas na Metafunção Experiencial, que está ligada ao uso da língua como representação, o que inclui tanto o mundo externo – eventos, elementos – como o mundo interno – pensamentos, crenças, sentimentos.

Thompson (2006) afirma que é importante ter em mente que esse termo tem significados diferentes na Gramática Tradicional (GT) e na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF). Na Gramática Tradicional, a transitividade é um princípio que se baseia na presença (ou não) do objeto (direto ou indireto) para classificar o verbo. Entretanto, na GSF, o Sistema de Transitividade tem um sentido muito mais amplo (THOMPSON, 2006), estando relacionado à descrição da proposição como um todo, o que implica a escolha de processos (elementos verbais) e seus argumentos (EGGINS, 1994, p. 220). Para Halliday (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), nesse sistema, o falante constrói um mundo de representações, baseado na escolha de um número tangível de tipos de processos.

A título de esclarecimento, na GSF, os conceitos de processos, participantes e circunstâncias são entendidos como categorias semânticas que explicam de modo geral como fenômenos de nossas vidas são construídos na estrutura linguística. Esses conceitos recebem nomes diferentes a depender do tipo de processo. Nos processos materiais – processo que destacamos neste estudo para as análises –, podem existir dois participantes: os “atores”, que se referem aos sujeitos das orações, aos agentes das ações; e a “meta”, elemento alvo da ação (considerado o complemento do verbo na GT). Há ainda as circunstâncias relacionadas à ação como o tempo e o modo como se realizou o evento. Para conhecimento de todos os elementos possíveis, ver Fuzer e Cabral (2014).

Neste artigo, selecionamos apenas os processos materiais, os quais, para Fuzer e Cabral (2014, p. 46), são compostos por orações “definidas como orações de ‘fazer e acontecer’, porque

estabelecem uma quantidade de mudança no fluxo de eventos”. No fragmento selecionado, notamos as escolhas do produtor da notícia e concebemos, amparadas nos autores citados no decorrer deste estudo, que essas nunca são neutras ou ingênuas, mas sim formas de se marcar posicionamentos diante dos fatos. A predominância dos processos verbais no texto analisado, como “jogar” e “procurar”, não surpreendeu, uma vez que o uso de orações verbais está relacionado ao gênero do discurso em questão, um processo muito frequente no contexto de notícia, pois carrega a função obrigatória de mencionar outros autores e estudos, na maioria das vezes, consagrados na área da publicação. Assim, um texto do gênero notícia vai reportar-se sempre a outras vozes com verbo *discendi*, como, por exemplo, “afirmou”, “disse”, “ênfatizou”.

Assim, há diversas formas de implementar políticas para os variados e complexos eventos sociais, por exemplo a inclusão escolar, os quais precisam ser analisados com profundidade. Dentre eles, a necessidade de se noticiar uma questão de política inclusiva parece apontar para um controle social de “todos e de cada um”, pois vai criando algumas condições de possibilidades para a implementação de políticas de inclusão como um imperativo neoliberal, no final do século XX e início do século XXI. O que, de certa forma, atende a uma demanda específica de aproximar os leitores do jornal com as decisões de parte do judiciário brasileiro e, evidentemente do legislativo, que é quem faz as leis numa falsa posição de que se pode governar melhor. Desse lugar, governar melhor não significa governar mais, senão utilizar a frugalidade do poder a serviço da economia.

No cenário contemporâneo descrito anteriormente, no qual todos são "ouvidos" no processo da inclusão, é digno de nota que cada um se preocupe também com a inclusão dos outros. Dessa maneira, empreender técnicas que divulguem a participação da sociedade por meio dos seus representantes nas instâncias jurídicas e legislativas a cuidar de si e dos outros, sob determinada forma, parece ser extremamente conveniente aos objetivos políticos, tais como os interesses eleitorais (a barganha por votos e o aumento no número de eleitores) e mercantilistas (a manutenção do sistema capitalista).

Ao visualizar a notícia sobre o evento, todas as questões elencadas na sessão inicial vieram à tona e destacam-se: a persuasão ao engajamento na causa inclusiva, a partir da “espetacularização” da diversidade – sua produção e seu consumo simbólico a partir da linguagem midiática, disposta ao grande público, que é a população –, nada mais é do que tática de manobra poderosa usada pela mídia. A visibilidade da inclusão como “bandeira dos bons” é uma estratégia típica dos tempos atuais, em que se utiliza o poder midiático como parte de uma engrenagem de subjetivação, proliferação e consumo de verdades. No entanto, como ressalta Veiga-Neto (2008, p. 11): “[...] não se pode dizer que algo é bom ou ruim, necessário ou desnecessário, sem examinar as condições a partir das quais tanto se está falando acerca desse ‘algo’, quanto se está emitindo algum julgamento sobre ele.”

Nesse sentido, Veiga-Neto (2008) considera que a inclusão escolar é um fenômeno social interdependente de outros como econômicos, culturais e políticos, e que é preciso “examinarmos o que é pensado e dito sobre a inclusão e sobre as políticas inclusivas, a fim de que não as tomemos de maneira ingênua e não problemática” (VEIGA-NETO, 2008, p. 25). E conclui:

Colocamos o outro para dentro de um espaço comum — concreto ou simbólico, pouco importa —, para que se garantam saberes sobre esse outro e desde que esse outro continue a ser “um outro”. Mas a ambivalência manifesta-se também pelo fato de que a inclusão pode servir a muitos senhores; mais do que isso, ela pode servir a muitos senhores cujos interesses são até mesmo divergentes. (VEIGA-NETO, 2008, p. 17-18.)

Assim, como Canclini (2005), entendemos o consumo muito menos no sentido financeiro e muito mais no sentido simbólico. A captura e o uso dos outros e de si, como o processo negociado e conveniente de produção de subjetividades no circuito cultural, denotam essa constante busca por aprimoramento, pela ocupação de espaços, pela mobilidade identitária. Entender-se como o sujeito de uma causa indica o lugar da pessoa no mundo, suas opiniões, seu grupo, suas adesões, seu papel social. Toma-se “subjetividade” como as possibilidades de constituição da experiência de si, “[n]a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2004a, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram apresentadas algumas análises, por meio das categorias de interdiscursividade, intertextualidade e, ainda, pelo sistema de transitividade segundo a Gramática Sistêmico-Funcional, de uma notícia vinculada pela mídia *on-line* com objetivo de debater a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, marcada pelos discursos de inclusão.

As conclusões mostram que a escola como instituição social que regula o ensino da língua está situada em um quadro em que prevalece o modelo neoliberal, proletado e proletariado, de relação Estado-sociedade que se depara com inúmeros desafios e que não pode se eximir da reflexão sobre a inclusão escolar daqueles que estão à margem da sociedade.

Assim, a inclusão escolar precisa significar e assegurar a inclusão social das pessoas com deficiência, e, além disso, as autoridades educacionais precisam compreender as possibilidades e os desafios da educação de alunos com deficiência que não se esgotam no âmbito da escola e das políticas públicas, mas que se entendem à educação como uma mediação fundamental para a constituição da vida dessas pessoas que é também um espaço de exercício de direitos e de interações significativas sempre mediadas pela linguagem.

Ademais, o que a análise dos dados permitiu discutir foi a persuasão de cada sujeito a tornar-se um vigilante da causa inclusiva, como uma premissa politicamente correta. Nesse sentido, problematiza-se a produção do engajamento a partir da implementação de técnicas de si, ou seja, de mecanismos de convencimento dos sujeitos a se conduzir por uma verdade (FOUCAULT, 2004b) e, por fim, mas não menos importante, entender que a linguagem pode ser usada em compasso com ideias hegemônicas como as da mídia ou em descompasso com os interesses de pessoas comuns, as pessoas com ou sem deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. O Discurso no Novo Capitalismo sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso. *Domínios de Linguagem*. Ano 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11478/6734>. Acesso em: jan. 2020.
- AUGÉ, M. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. São Paulo: Bertrand Brasil. 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio. (2000). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei n. 13.146, de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: jul. 2019.
- CAETANO, C. *A alegoria, uma análise Discursiva em Sombras de Reis Barbudos*. 2004. 237f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília: Brasília, 2004.
- CAETANO, C. *Medicina paliativa e análise de discurso crítica: identidade, ideologia e poder*. 2009. 410 f. Tese de Doutorado em Linguística Universidade de Brasília: Brasília, 2009.
- CAETANO, C. *Identidade e terminalidade: um estudo linguístico das práticas discursivas em uma ala de doentes terminais*. Curitiba: CRV, 2010.
- CAETANO, C. *O espaço das salas de recurso: uma visão linguístico-discursiva*. In: CAETANO, Carmem; MAGALHÃES, Izabel; BESSA, Décio. (org.). *O espaço das salas de recurso: uma visão linguístico-discursiva*. Covilhã: LabCom, 2014.
- CAETANO, C. *Questões identitárias no processo educacional de pessoas com deficiência: Análise de Discurso Crítica, Letramento e Teoria das Representações Sociais*. Universidade Federal do Ceará. Relatório (Pós-doutoramento). Fortaleza, 2017.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

- CAZDEN, C.; HYMES, D.; JOHN, V. (ed.). *Functions of language in the classroom*. New York: Teachers College Press, 1972.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. Contexto. São Paulo, 2006.
- EGGINS, S. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Pinter Publishers, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Londres e Nova York: Longman. 1999.
- FAIRCLOUGH, N. (ed). *Critical language awareness*. London e New York: Longman. 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis*. London: Longman, 2010.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3.ed. Trad. L. F. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 264-287.
- FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004b.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.
- GUMPERZ, J.; HYMES, D. *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Basil Blackwel. 1986.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Routledge, 2004.
- LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Tradução Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. (Padrões Sociolinguísticos).
- LOPES, M.; HATTGE, M. (org.). *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica; 2009.
- RAMALHO, R. Supremo mantém lei que obriga escolas privadas a receber deficientes. In: *GI.com*. (2016). Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/06/supremo-mantem-lei-que-obriga-escolas-privadas-receber-deficientes.html>. Acesso em: jul. 2019.
- RAMOS, C. M. *Identidades de docentes de língua portuguesa e suas práticas de letramentos na educação inclusiva: vozes dissonantes*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2018.

THOMA, A.; HILLESHEIM, B. (org.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2011.

THOMPSON, G. *Introduction to functional grammar*. London: Arnold. 2006.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo, Império e Políticas de Inclusão: problematizações iniciais. In: RECHIO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha. (org.). *A educação e a inclusão na contemporaneidade*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. (p. 11-28.)

ANEXO 1 - (RAMALHO, 2016)

Supremo mantém lei que obriga escolas privadas a receber deficientes

Norma também proíbe cobrança a mais em mensalidades e matrículas.

Associação argumentou que obrigação inviabiliza atividade das escolas.

Renan RamalhoDo G1, em Brasília

O **Supremo Tribunal Federal** (STF) negou nesta quinta-feira (9) pedido da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) para derrubar obrigação de as escolas privadas se adaptarem para receber pessoas com deficiência no ensino regular.

Com a decisão, também foi mantida a norma que proíbe escolas particulares de cobrar mais nas mensalidades e matrículas para receber esses alunos com algum tipo de dificuldade.

Tais regras foram aprovadas no ano passado pelo Congresso no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sancionada em julho, a lei deu prazo até janeiro deste ano para as escolas se adaptarem.

Nesta quinta, as regras foram referendadas por 9 dos 10 ministros que participaram do julgamento no STF. Relator da ação, o ministro Edson Fachin votou para manter a obrigação, citando normas internacionais incorporadas pelo Brasil em prol do ensino inclusivo.

"À escola não é dado escolher, segregar, separar, mas seu dever é ensinar, incluir e conviver. Ademais, o enclausuramento em face do deficiente furta o colorido da vivência cotidiana, privando-nos da estupefação diante do que se coloca como novo e como diferente", afirmou.

Único a divergir, Marco Aurélio votou em favor do planejamento das escolas para se adaptarem, mas contra a obrigatoriedade.

"Não pode o Estado cumprimentar com o chapéu alheio. Não pode o Estado, se é que vivemos em uma Constituição democrática, compelir a iniciativa privada a fazer o que ele não faz, porque a obrigação principal é dele quanto à educação. Em se tratando de mercado, a intervenção estatal deve ser minimalista.

A educação é dever de todos, mas é dever precípua do Estado. A abertura à iniciativa privada deveria ser subsidiária", afirmou.

Outros argumentos

Na ação, a Confenem argumentava que a obrigação inviabilizava a atividade das instituições privadas em razão do "alto custo econômico", e que é dever do Estado o atendimento educacional aos deficientes. Alegou direito à livre iniciativa para oferecer ou não esse serviço.

"O que pretende essa lei é jogar o deficiente de qualquer natureza em toda e qualquer escola [...] Qualquer um de bom senso e consciência vai procurar a escola especializada que dê conta daquele aluno que tem dificuldade", afirmou.

"Como uma escola vai se preparar para receber todo e qualquer portador de necessidade especial, sem saber quantos vai receber, quais vai receber e se vai receber. Será um bipolar? Será alguém com síndrome de Down? Com síndrome de pânico? Será alguém com microcefalia?", completou em seguida.

Contrária ao pedido, a Advocacia Geral da União (AGU), que defende as leis aprovadas pelo Poder Público, argumentou que a escola privada exerce sua função social ao cumprir o dever da inclusão. Representante da AGU, Grace Mendonça lembrou que, mesmo em relação às instituições privadas, o Estado impõe normas gerais para autorizar seu funcionamento.

"A educação é direito de todos, dever do Estado, que deve ser promovida e incentivada pela sociedade", disse, citando a Constituição.

Representante das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a advogada Rosângela Moro também defendeu a obrigação imposta pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Argumentou que é direito do deficiente escolher em que ambiente prefere estudar.

"Negar isso é negar a ela a necessidade básica de poder escolher como conduzir a própria vida. [...] Educação é aprender a viver com as diferenças. Aprendem as pessoas com deficiência e aprendem as pessoas sem deficiência", afirmou, em relação ao aprendizado dos outros alunos com os colegas com algum tipo de dificuldade.

A ação, também se manifestaram pela manutenção das regras a Procuradoria Geral da República (PGR), o Conselho Federal da Ordem Dos Advogados do Brasil (OAB) e diversas outras entidades de defesa de portadores de deficiência.